

TRUMP E A NOVA DESORDEM

A EROSÃO DO
DIREITO
INTERNACIONAL

O IMPÉRIO DA TRANSAÇÃO: O FIM
DO MULTILATERALISMO

PORTUGAL EM RECONSTRUÇÃO:
A RESPOSTA AO "COMBOIO DE
TEMPESTADES"

IMOBILIÁRIO 2026: ENTRE
MÁXIMOS HISTÓRICOS E O NOVO
SIMPLEX

Briefing

MARÇO

NÚMERO 2

2026



POLÍTICA & GOVERNAÇÃO 03

(Março) Do Império e da Resiliência do Estado (de Direito)

O Império da Transação

Portugal: O início da era António José Seguro

Se os Extremos se tocam, a Liberdade morre

FUNDOS & EMPRESAS 10

O Rasto do Comboio de Tempestades: Um Balanço de Perdas e Resiliência

O Défice de Habitação em Portugal e a Importância da Nova Construção

Porque é que as equipas pequenas estão a ganhar?

FISCALIDADE 16

Fiscalidade e Fundos: O Calendário Estratégico de Março

Prazos do Mês

DIREITO & REGULAÇÃO 19

Arquitetura Jurídica da Reconstrução: Simplificação, Moratórias e Equidade Territorial

Imobiliário e Construção: Novos Recordes e a Segurança do SIMPLEX

A IA não quer dominar o mundo. O Homem sempre quis.

Portugal: e se corre bem?

NOTA FINAL 31

Destaque cultural do mês
Recomendações de leitura do mês
Fecho

R&C CONSULTORES

(MARÇO) DO IMPÉRIO E DA RESILIÊNCIA DO ESTADO (DE DIREITO)

O mês de março de 2026 marca o fim do hiato institucional em Portugal e a consolidação de uma nova e disruptiva ordem global. Se a edição de fevereiro foi dominada pela incerteza pré-eleitoral, março exige de nós uma análise sobre o impacto da força bruta no xadrez internacional. Encontramo-nos perante um cenário de "coabitação estratégica" em Belém e de um "divórcio litigioso" no mundo.

Na nossa capa satirizamos o "neorrealismo imperial" de Donald Trump. O ataque ao Irão, que mergulhou a região do Golfo e Jerusalém numa vaga de explosões coléricas e retaliações, é a prova definitiva de uma administração que despreza o multilateralismo em favor da coerção direta. Este evento, a par da pressão sobre a soberania da Gronelândia, obriga Portugal a uma revisão profunda das suas garantias de segurança e das suas parcerias estratégicas.



Internamente, Portugal inicia o mandato de António José Seguro. A sua posse a 9 de março sinaliza uma magistratura de influência necessária para equilibrar a instabilidade externa com a urgência na reconstrução do país. O "comboio de tempestades" deixou danos superiores a 5 (cinco) mil milhões de euros, exigindo uma mobilização financeira extraordinária. No setor imobiliário, os recordes de preços coexistem com uma reforma histórica no licenciamento que promete dar segurança jurídica aos investidores num mundo em chamas.

Março de 2026 é, em suma, o mês em que a estratégia sai do papel para enfrentar o caos.

Rebello da Costa & Costa Rosa
RCCR Consultores





O IMPÉRIO DA TRANSAÇÃO

O mundo em março de 2026 não é apenas um lugar mais perigoso; é um sistema em plena metamorfose que desafia as normas vigentes desde o pós-guerra. A ordem internacional liberal deu lugar a um modelo que académicos e diplomatas já classificam como "neo-monárquico" ou "neo-royalista", onde a administração Trump 2.0 abandonou o conceito de igualdade soberana entre Estados para instituir uma hierarquia de interesses. Neste paradigma, os "grandes cliques" de poder dominam a cena global, enquanto os restantes atores são reduzidos a ativos transacionais numa lógica de "paz através da força".

Esta nova realidade manifesta-se hoje com uma violência crua no Médio Oriente. Ao dia de hoje, o cenário é de caos absoluto: após bombardeamentos norte-americanos e israelitas dirigidos ao programa nuclear de Teerão, o Irão iniciou a sua retaliação. Registam-se fortes explosões em várias cidades do Golfo e em Jerusalém, com o conflito a propagar-se rapidamente. Num tom que sublinha a sua postura de "imperador", Donald Trump declarou publicamente que a operação foi cirúrgica ao ponto de eliminar os potenciais sucessores do líder supremo iraniano.



Neste contexto de alta tensão, a Península Ibérica transformou-se num palco de contrastes diplomáticos profundos. O governo de Espanha, num ato de afirmação de soberania legalista, recusou formalmente o uso das suas bases aéreas para apoiar a ofensiva. Madrid alega que a atuação dos EUA e de Israel é unilateral e carece de fundamentação no direito internacional, demarcando-se de qualquer assistência logística no seu território. Em sentido oposto, Portugal adotou uma postura de "pragmatismo atlântico" que tem gerado acesa controvérsia política interna.

A Base das Lajes, nos Açores, tornou-se um nó central da operação americana. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, admitiu que, ao abrigo do tratado bilateral em vigor, os EUA podem utilizar as instalações para operações militares sem aviso prévio formal ao Estado português. Nas últimas semanas, registou-se uma movimentação intensa e invulgar de caças F-16 e aviões reabastecedores em território açoriano, o que o governo classifica como um "uso mais intensivo" dentro da legalidade do acordo. Esta "autorização tácita" motivou críticas severas da oposição e exigências de esclarecimento por parte do Governo Regional dos Açores, que sublinha a necessidade de transparência perante uma alteração tão significativa da atividade militar.



Para lá do Médio Oriente, a administração Trump continua a utilizar a coação como ferramenta diplomática na Europa. Para as empresas portuguesas, este cenário de rutura tem efeitos imediatos: o prémio de risco geopolítico fez as ações da Galp dispararem 7% neste início de março, impulsionadas pela ameaça ao Estreito de Ormuz. O desafio para Portugal e para a Europa é, portanto, o de navegar num oceano de incerteza onde a soberania é, cada vez mais, uma moeda de troca.



PORTUGAL: O INÍCIO DA ERA DE ANTÓNIO JOSÉ SEGURO



No plano doméstico, Portugal inicia em março um novo ciclo político focado na moderação e na coesão territorial.

- Tomada de Posse: Agendada para as 10h00 de 9 de março na Assembleia da República, a posse de Seguro marca o regresso a uma presidência de equilíbrio institucional.
- Agenda de Proximidade: O programa estende-se a Arganil (visita a Mourísia, aldeia fustigada por fogos e tempestades), Guimarães (Capital Verde Europeia 2026) e Porto, reforçando o compromisso com o interior e a sustentabilidade.
- Coabitação: Seguro atuará como mediador entre um Parlamento fragmentado e o Governo de Luís Montenegro, garantindo a estabilidade necessária para a execução das reformas e do Portugal 2030



SE OS EXTREMOS SE TOCAM, A LIBERDADE MORRE



Octávio Rebelo da Costa | RCCR Consultores

Assiste-se hoje (com uma mistura de fadiga intelectual e estupefação cívica) a uma querela de vizinhos que, de tão empenhados em gritar as suas diferenças, esquecem o seu mesmo berço. Refiro-me à pretensa antítese entre a nova “direita radical/musculada/extrema”, que veste as cores do MAGA americano, as gravatas do Chega ou o tricolore de Le Pen, e aquele populismo de esquerda que converteu a América Latina num laboratório de ilusões perdidas.

Para o observador atento, a distinção ideológica é apenas um adereço de palco, pois a substância é de uma simetria absoluta e por vezes jocosa.

A ciência política, na sua habitual mania de etiquetar coisas, define o populismo como uma ideologia fina, ténue. É, em bom rigor, difícil de rotular, mas concordemos que é um parasita ideológico que necessita de um hospedeiro, seja o nativismo à “direita” ou o estatismo à “esquerda”, para adquirir algum vulto. Contudo, a medula é a mesma. Trata-se de uma visão maniqueísta onde um povo (entidade mística que curiosamente coincide sempre com o eleitorado do líder), é asfixiado por uma elite corrupta. Na Venezuela de Chávez ou na Argentina dos Kirchner, o vilão era o imperialismo e a oligarquia financeira. No MAGA ou no Chega, o inimigo transfigura-se no globalismo, na burocracia de Bruxelas ou na imigração descontrolada. Muda-se o figurino e mantém-se a tragédia.



Mas há um traço perfidamente singular que une estes movimentos e que escapa muitas vezes à análise quotidiana. Refiro-me à sua natureza simultaneamente reacionária e revolucionária. São, como um “Zetsu”, a mesma cara com duas cores.

São reacionários porque mercadejam a nostalgia. Vendem o bilhete de regresso para um passado mítico que nunca existiu. A esquerda populista promete o retorno à pureza pré-colonial ou à era de ouro dos direitos adquiridos sem deveres. A direita populista promete o regresso à nação homogénea, ao Portugal dos Pequenitos onde a ordem reinava e as cadeiras eram rígidas. Ambos exploram a ansiedade do presente prometendo o conforto impossível do ontem. E são, ao mesmo tempo, revolucionários, não no sentido de progresso, mas no sentido de rutura violenta com a ordem constitucional. Para recuperar esse passado idílico, dizem-nos, é preciso destruir o presente. É preciso limpar o país, derrubar a IV República dos corruptos, purgar os tribunais, amordaçar a imprensa e subjugar as instituições independentes que insistem em limitar o poder. Trump não quer só reformar a América, quer refundá-la à sua imagem, tal como Chávez fez na Venezuela ou os Kim na Coreia do Norte.

É nesta raiz institucional que a semelhança se torna perniciosa. A fúria contra o poder é o traço de união mais eloquente desta “família” política. Para o populista, no final de contas um juiz que aplica a lei é apenas um entrave à vontade geral, essa abstração conveniente que o líder interpreta a seu bel-prazer. Vimo-lo na subversão das cortes em Caracas e vemo-lo, com nuances de menor ou maior subtileza, nos ataques verbais às magistraturas em Washington, em Brasília, em Paris ou em Lisboa. A imprensa, outrora o quarto poder, é reduzida ao papel de inimiga do povo, enquanto as redes sociais são usadas para criar uma hegemonia comunicacional que dispense o filtro da verdade factual.



Para manter esta engrenagem a rodar, o populismo alimenta-se de um combustível essencial: a polarização tóxica. Não basta discordar; é imperativo odiar. Nesta visão do mundo, o adversário político deixa de ser um compatriota com ideias diferentes para se transfigurar num inimigo existencial que deve ser extirpado. É a política da terra queimada social: Trump refere-se aos opositores como 'vermes' que contaminam o sangue da nação; Bolsonaro prometia 'metralhar' a oposição; e Chávez rotulava os dissidentes de 'escualidos' indignos de pátria. Ao traçar uma linha intransponível entre o 'nós' (os puros) e o 'eles' (os traidores), o populista rasga o tecido comunitário, transformando vizinhos em estranhos e o debate público num coliseu onde o objetivo não é convencer, mas aniquilar. O segredo para sustentar esta ficção reside numa curiosa anomalia lógica, uma espécie de Princípio da Minoria de Schrödinger. Para o populista, seja ele um Trumpista do ICE ou um líder gerrilheiro Bolivariano, o inimigo tem de habitar numa superposição impossível, sendo descrito como simultaneamente demasiado fraco para merecer respeito, pois são vistos como preguiçosos ou parasitas, e paradoxalmente demasiado forte para não justificar o pânico, dado que alegadamente controlam o mundo e nos roubam o futuro. A ironia reside nesta aritmética do absurdo, onde os populistas se revelam os únicos matemáticos da história que acreditam genuinamente que a parte é maior do que o todo



E o que dizer da economia? - Ah, a economia está sempre mal! Era boa se fosse de direita, ou de esquerda...

Uma coisa vos garanto, se for populista é, à partida, má.

E surpresa! A economia não funciona sem migrações (até os Amish têm “ingleses”).

Mas não só, aqui o populismo revela a sua faceta mais cara e o ciclo é de uma previsibilidade franciscana: começando com um banquete inicial de gastos e protecionismo que termina invariavelmente numa indigestão de dívida e estagnação. É uma taxa de luxo que as nações pagam para verem os seus preconceitos transformados em política pública, e uma fatura transversal que não escolhe hemisférios, seja Chávez/Maduro, Donald Trump, Kirchner, Liz Truss, Erdoğan, Vargas, Putin ou Khan.

Ou seja, o populismo (no sentido que acima apuramos e concordamos, não me linchem pessoal das caixinhas com rótulos), seja ele destro ou canhoto, não é uma solução, mas sim um placebo amargo. Floresce onde a democracia liberal falha em dar respostas, mas a sua cura é meramente o aprofundamento da doença. Aqui reside o problema, pouco importa se o punho está erguido ou o braço esticado. Se a intenção é destruir os travões e contrapesos que garantem a nossa liberdade, o resultado será sempre o mesmo. Escombros institucionais são o preço que, ironia das ironias, será pago precisamente por aquele povo em cujo nome tudo se justificou. Defendemos o nosso quintal ideológico enquanto saltamos juntos de um abismo para o outro, convictos de que desta vez D. Sebastião nos vem messianicamente salvar dos comunas ou dos fachos, mas sempre e especialmente dos outros.



Octávio Rebelo da Costa
RCCR Consultores



O RASTO DO COMBOIO DE TEMPESTADES: UM BALANÇO DE PERDAS E RESILIÊNCIA



O continente português enfrenta em março de 2026 o rescaldo de um dos períodos meteorológicos mais trágicos e destrutivos da sua história recente. O chamado "comboio de depressões", que incluiu a passagem devastadora da depressão Kristin e das tempestades Leonardo e Marta, deixou uma marca indelével no território. O balanço humano é profundamente pesado, com 18 mortos confirmados resultantes de quedas de estruturas, inundações e acidentes diretamente ligados ao mau tempo.

A escala da destruição material é sem precedentes para os padrões nacionais. Estimativas consolidadas apontam para prejuízos que ultrapassam os 5 mil milhões de euros, podendo atingir os 6 mil milhões na região Centro. A região de Leiria emergiu como o epicentro da catástrofe, concentrando entre 50% a 60% do total dos danos nacionais. Entre o final de janeiro e meados de fevereiro, a Proteção Civil registou mais de 19.000 ocorrências, mobilizando cerca de 65.000 operacionais e contando com o apoio diário de 3.000 militares para operações de desobstrução e socorro.

A tempestade Kristin, caracterizada como uma ciclogénese explosiva, trouxe ventos que atingiram os 200 km/h e chuvas torrenciais que paralisaram o tecido produtivo. Centenas de empresas viram as suas instalações inundadas ou destruídas, e o setor agrícola sofreu perdas catastróficas, com explorações inteiras dizimadas pela fúria dos elementos. Além dos danos em habitações privadas, infraestruturas públicas críticas (como a rede ferroviária, estradas nacionais e escolas) sofreram danos estruturais que exigem uma intervenção de urgência para garantir o funcionamento do país.

Perante este cenário, o Governo respondeu com um pacote financeiro de emergência e recuperação que totaliza 3,5 mil milhões de euros. Este montante visa não apenas o apoio imediato às famílias em situação de carência, mas também a capitalização das empresas afetadas e a reabilitação do património público e natural. No entanto, a voz no terreno, particularmente na região Centro, alertam para o risco de o Plano de Reconstrução ser "demasiado ambicioso em Lisboa" mas lento a chegar às pessoas que perderam tudo, gerando um sentimento de abandono em algumas comunidades.



O DÉFICE DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL E A IMPORTÂNCIA DA NOVA CONSTRUÇÃO



Jorge Augusto | CasaVirtuoso

Portugal enfrenta atualmente um dos maiores desafios habitacionais das últimas décadas. Nos últimos anos, a procura por habitação cresceu de forma muito mais rápida do que a oferta disponível, criando um desequilíbrio estrutural que se reflete diretamente no aumento dos preços e na dificuldade de acesso à habitação.

Este fenómeno é particularmente visível em zonas urbanas e metropolitanas como Lisboa e Porto, onde a concentração de emprego, serviços e infraestruturas atrai cada vez mais residentes. A este fator juntam-se ainda o crescimento do investimento internacional, a mobilidade global e a transformação de parte do parque habitacional para fins turísticos ou de arrendamento de curta duração.

O resultado é um mercado com forte pressão sobre a oferta: menos casas disponíveis, maior competição entre compradores e uma subida generalizada dos preços.

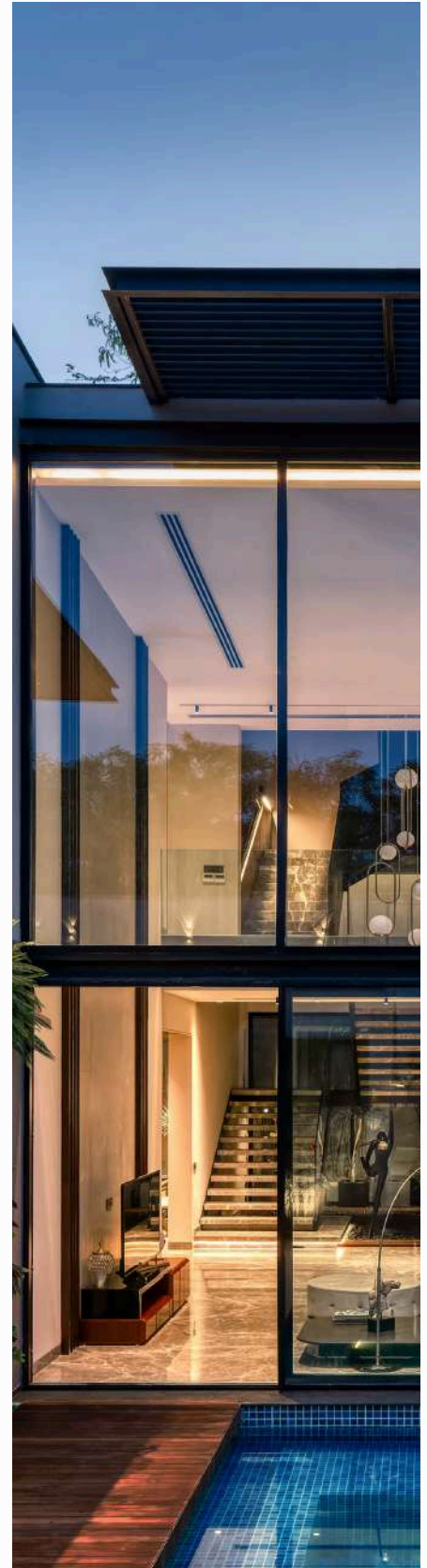
O défice estrutural de habitação

Durante vários anos, Portugal construiu significativamente menos habitações do que seria necessário para acompanhar o crescimento da procura. Após a crise financeira do início da década de 2010, o setor da construção sofreu uma quebra profunda e demorou bastante tempo a recuperar.

Mesmo com a recuperação da economia e o aumento da procura por habitação na última década, o ritmo de nova construção manteve-se abaixo do necessário. Entre os principais fatores que explicam esta realidade estão:

- Processos de licenciamento longos e complexos
- Aumento do custo de construção e escassez de mão de obra
- Dificuldade em desenvolver solo urbano em zonas consolidadas
- Limitações de financiamento para promotores e investidores

Como consequência, o número de novas habitações entregues ao mercado todos os anos continua a ser insuficiente para equilibrar a oferta e a procura.





A nova construção como parte essencial da solução

Perante este contexto, a nova construção assume um papel central na resposta ao défice habitacional. A reabilitação urbana tem tido um contributo importante, sobretudo na recuperação de edifícios históricos e centros urbanos, mas por si só não é suficiente para resolver o problema estrutural de falta de habitação. O desenvolvimento de novos empreendimentos permite aumentar significativamente a oferta de habitação, introduzir tipologias mais adaptadas às necessidades atuais das famílias e criar bairros pensados para uma vivência contemporânea, com melhores infraestruturas, eficiência energética e qualidade de construção.

Para os promotores imobiliários, isto representa também uma oportunidade de desenvolver projetos com maior visão estratégica, capazes de responder às necessidades do mercado e criar valor a longo prazo.

A experiência do comprador como fator diferenciador

Contudo, num mercado cada vez mais competitivo, construir casas já não é suficiente. É também necessário pensar na experiência de quem as compra.

A decisão de adquirir uma casa, sobretudo num empreendimento ainda em fase de desenvolvimento ou construção, depende em grande parte da confiança que o comprador sente ao longo do processo. Muitas vezes, os clientes estão a tomar decisões sobre algo que ainda não existe fisicamente.

É aqui que a experiência do comprador se torna fundamental

Projetos bem comunicados, com uma narrativa clara, materiais visuais de qualidade, e uma apresentação cuidada do empreendimento ajudam o comprador a compreender o projeto, imaginar a sua futura casa e tomar decisões com maior segurança. Ferramentas como visualizações 3D, visitas virtuais, conteúdos visuais bem estruturados e uma comunicação consistente do conceito do empreendimento tornam o processo mais transparente e envolvente.

Mais do que vender metros quadrados, trata-se de apresentar um projeto com vida.



Construir casas, mas também confiança

O desafio da habitação em Portugal não se resolve apenas com mais unidades construídas. Resolve-se também com melhores projetos, melhor planeamento urbano e uma relação mais próxima entre promotores e compradores. Num contexto em que cada novo empreendimento desempenha um papel importante no aumento da oferta, a forma como esses projetos são pensados, apresentados e experienciados pelos compradores torna-se cada vez mais relevante.

Construir mais casas é essencial.

Mas construir confiança ao longo de todo o processo pode ser o verdadeiro fator que distingue os projetos que realmente conseguem responder às necessidades do mercado.



Jorge Augusto

Head of Customer Experience
CasaVirtuoso



PORQUE É QUE AS EQUIPAS PEQUENAS ESTÃO A GANHAR

Tiago Rodrigues | Developh

Na semana passada, a Block (a empresa por trás da Square, Cash App e Tidal) despediu mais de 4.000 pessoas. Metade da empresa. Não estavam em crise nenhuma. O lucro bruto cresceu 24% no trimestre anterior. As receitas continuavam a subir. E sabes o que aconteceu às ações? Subiram mais de 20%.

Porquê? Porque o Jack Dorsey percebeu uma coisa que a maioria das empresas ainda não quer ouvir: ter muita gente já não é uma vantagem. É um peso. Nas palavras dele: "As ferramentas de inteligência que estamos a criar e a usar, combinadas com equipas mais pequenas e mais horizontais, estão a permitir uma nova forma de trabalhar que muda fundamentalmente o que significa construir e gerir uma empresa." Isto não é conversa de um miúdo numa garagem. É o CEO de uma empresa de 10.000 pessoas a dizer, preto no branco: não precisamos de tantas.

O problema já não é construir. É decidir.

Durante anos, o maior custo de criar qualquer coisa digital era escrever código. Precisavas de gente. Muita. Engenheiros, designers, gestores de projeto. E porque esse talento era caro e escasso, inventaram-se processos à volta dele: reuniões, aprovações, comités, roadmaps que nunca mais acabam.

Hoje o cenário é completamente outro. Com as ferramentas certas, uma pessoa competente consegue em duas semanas o que antes demorava meses com uma equipa de dez. E não estou a falar de protótipos básicos. Estou a falar de produtos reais, a funcionar, com utilizadores.

Um exemplo? O Cursor, uma ferramenta de desenvolvimento com IA, passou de 1 milhão para 100 milhões de dólares em receita anual. Em menos de um ano. Com menos de 50 pessoas. Cinquenta. Não cinquenta mil. Cinquenta.



Mas aqui está o paradoxo: se construir ficou tão rápido, o que é que continua lento?

Decisões.

Aprovações.

Reuniões que podiam ter sido um email. Processos que existem para justificar cargos, não para gerar resultado.

Quanto maior a equipa, mais gente precisa de concordar. Mais "alinhamentos". Mais "vamos visitar isto na próxima sprint." Enquanto isso, o mercado não espera por ninguém.

Mais gente, menos velocidade

Parece contra-intuitivo, mas não é. Numa empresa grande, cada decisão passa por camadas. Produto fala com engenharia, engenharia fala com QA, QA fala com gestão, gestão agenda uma reunião para a semana seguinte. Uma coisa que devia demorar um dia, demora três semanas. Toda a gente ocupada, ninguém a entregar.

Numa equipa pequena, decides de manhã e entregas à tarde. Sem comités. Sem aprovações em cadeia. Sem teatro de gestão de projeto.

Não é teoria. Está a acontecer. Equipas de 2 a 3 pessoas a construir produtos que competem diretamente com empresas de centenas. E a ganhar. Não por sorte, mas porque se movem mais rápido e estão mais perto do problema.

Menos pessoas, mais responsabilidade

A verdadeira vantagem de uma equipa pequena não é custar menos. É cada pessoa sentir-se responsável pelo resultado, não apenas por uma tarefa. Quando isso acontece, a qualidade dispara. No modelo tradicional, há pessoas para definir o problema, outras para planear, outras para executar, outras para aprovar. Camadas e camadas. Quando concentras tudo num grupo pequeno e competente, cortas semanas de atrito. Os designers falam com os developers. Os developers falam com o cliente. Direto. Sem telefone estragado.

Na Developh, funciona assim. Entregamos em dias o que muitas agências demoram semanas. Se há um problema, resolve-se hoje. Não na "próxima reunião de status."



O que isto significa para quem tem um negócio

Se estás a pensar investir na tua presença digital, pensa nisto: muita gente já não é sinónimo de qualidade. Muitas vezes, é o contrário.

O que interessa é trabalhar com gente que perceba o teu problema de verdade, que decida rápido e que tenha tanto a ganhar com o resultado como tu.

É assim que trabalhamos. Não por moda, mas porque funciona.

O futuro pertence a quem executa

Esta mudança não vem aí. Já chegou. E as empresas que não se adaptarem vão ser ultrapassadas pelas que o fizerem.

Não é preciso ser grande para ter grande impacto. Aliás, começa a ser exatamente o contrário.



Tiago Rodrigues

Founder & Lead Developer
Developh



FISCALIDADE E FUNDOS: O CALENDÁRIO ESTRATÉGICO DE MARÇO

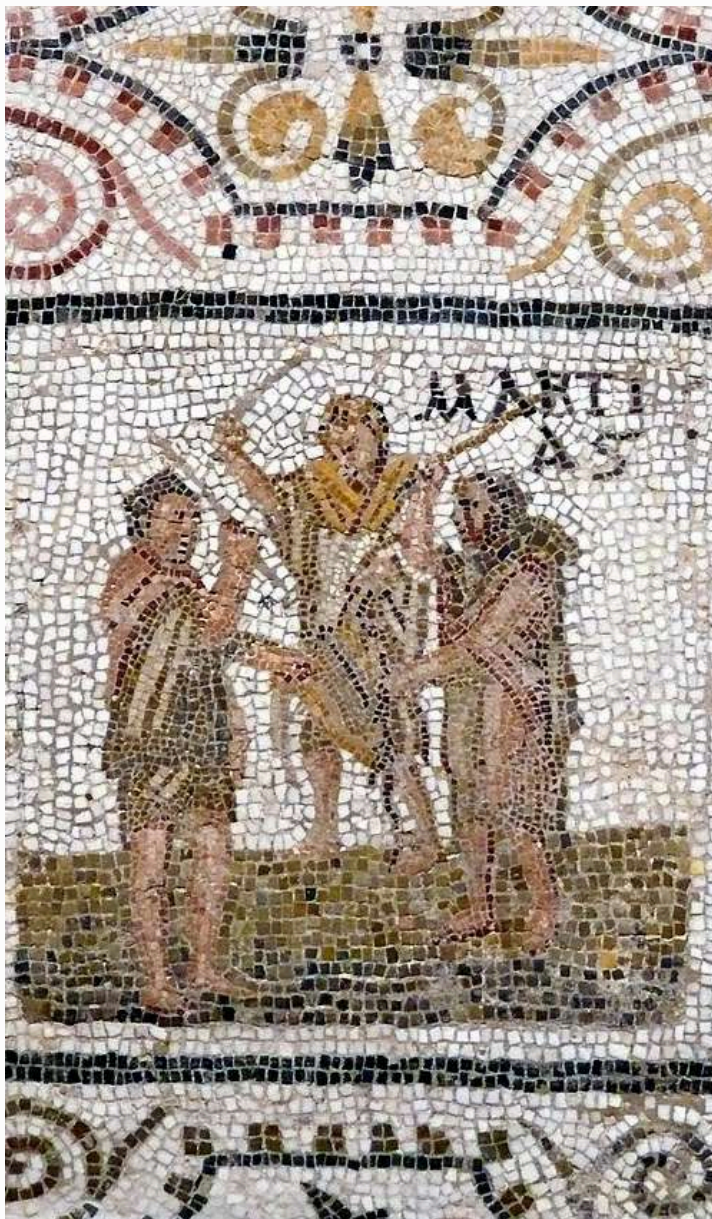


Março de 2026 é um dos meses mais exigentes do calendário fiscal e financeiro. Para as empresas e investidores, este período marca a convergência entre as obrigações declarativas do ano anterior e a abertura de avisos críticos do Portugal 2030.

A Maratona Fiscal: IRS e IRC

O dia 2 de março de 2026 é a data-limite para comunicações que determinam o sucesso do apuramento de imposto relativo a 2025:

- **Validação de Faturas:** Prazo final para confirmar faturas no portal E-fatura, essencial para garantir deduções à coleta.
- **Atividade Profissional:** Os trabalhadores independentes (Categoria B) devem indicar as despesas e imóveis afetos à sua atividade profissional.
- **Arrendamento:** Termina o prazo para validar rendas no IRS, um passo crucial tanto para senhorios como para inquilinos, sob risco de perda de benefícios fiscais.



No domínio do IRC, as empresas beneficiam este mês da taxa nominal reduzida de 19%.

Adicionalmente, março é o mês para consolidar o planeamento sobre a majoração fiscal de 10% nas despesas de teletrabalho e para aproveitar o alargamento do prazo de investimento do SIFIDE II, que passou de 3 (três) para 5 (cinco) anos.

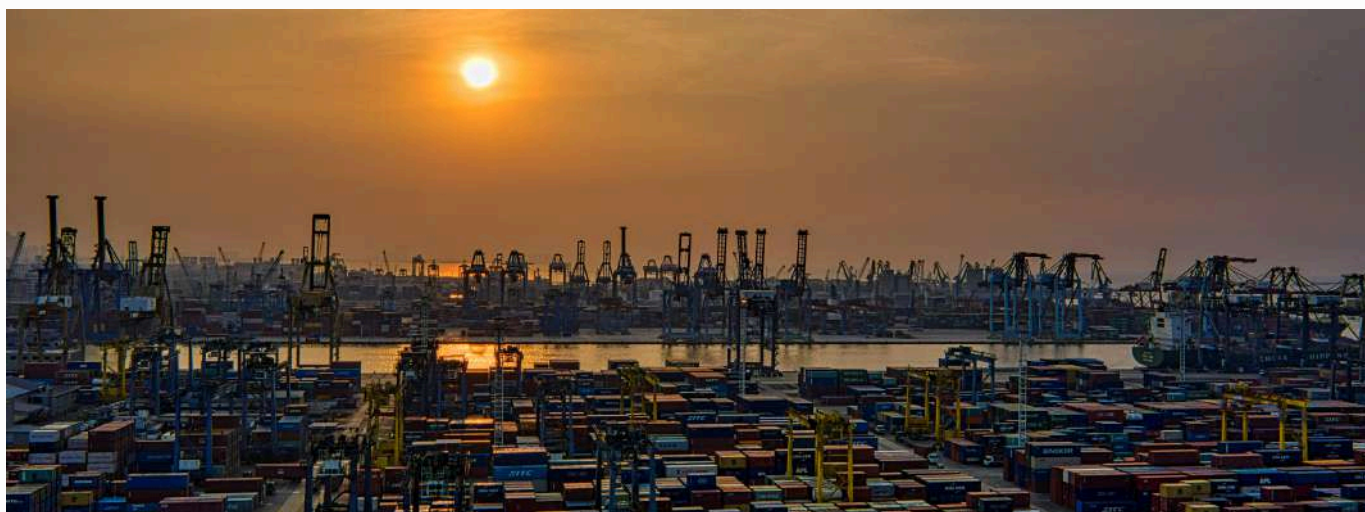
Portugal 2030: O Despertar dos Fundos Estruturais

O Plano Anual de Avisos do Portugal 2030 prevê para 2026 a publicação de 220 avisos com uma dotação superior a 3,8 mil milhões de euros. O mês de março é particularmente rico em oportunidades para o setor público e privado:

- Resiliência Hídrica (2 de março): Lançamento de um aviso de 110,37 milhões de euros destinado à mitigação da escassez hídrica no Algarve e Alentejo.
- Economia Circular e Resíduos: Aviso de 60 milhões de euros para infraestruturas de valorização de resíduos urbanos em alta, abrangendo Norte, Centro, Alentejo, Algarve e AML.
- Gestão Sustentável da Água: Verba de 27,6 milhões de euros para o Empreendimento Hidráulico da Barragem do Pisão.
- Inclusão e Emprego: Lançamento de concursos para inserção socioprofissional nos Açores (8,5 milhões €) e na Madeira (diversos avisos totalizando mais de 1,5 milhões €).
- Investigação e Inovação (Madeira): Aberto até 27 de abril o aviso SIIDE 2030 com uma dotação de 4,3 milhões de euros para promover a I&D empresarial.

Alavancas de Competitividade

As empresas devem ainda estar atentas ao sistema SIAC para Internacionalização, cujas candidaturas da Fase 3 foram prorrogadas até 29 de maio de 2026. Num contexto de custos de financiamento ainda elevados, estes instrumentos de cofinanciamento (que nas PME podem cobrir até 50% das operações de inovação) tornam-se o diferencial competitivo para a expansão em 2026. O rigor na conformidade e o alinhamento com os critérios de sustentabilidade (DNSH) continuam a ser as chaves para a aprovação das candidaturas.



PRAZOS DO MÊS:

CONSULTA E RECLAMAÇÃO IRS DAS DEDUÇÕES:

A partir de 16 de março, pode consultar os valores das deduções à coleta apurados pela AT para o IRS de 2025, para a declaração a entregar em 2026, por cada titular das despesas (incluindo os dependentes). Aceda no Portal das Finanças a **Serviços > IRS - Consultar Despesas p/ Deduções à Coleta**.

Entre 16 a 31 de março, também pode apresentar reclamação, caso verifique valores incorretos ou omissões:

- nos documentos associados a Despesas gerais e familiares, ou;
- nas despesas com direito à dedução do IVA pela exigência de fatura.

Aceda no Portal das Finanças a **Serviços > Contencioso Administrativo e Judicial - Instauração de contencioso sobre Deduções à Coleta (Reclamações de Despesas para Deduções à Coleta)**.



CONSIGNAÇÃO DO IRS OU IVA:

Até 31 de março, pode indicar à AT a entidade à qual pretende consignar parte do seu IRS ou IVA, ou ambos. Aceda no Portal das Finanças a **Serviços > IRS - Comunicar Entidade a Consignar IRS/IVA**.



ARQUITETURA JURÍDICA DA RECONSTRUÇÃO: SIMPLIFICAÇÃO, MORATÓRIAS E EQUIDADE TERRITORIAL

Para operacionalizar a gigantesca tarefa de reconstrução, o Governo aprovou em fevereiro de 2026 um quadro legislativo de exceção, desenhado para remover os obstáculos burocráticos que habitualmente travam o investimento público e privado. O pilar central desta estratégia é o Decreto-Lei n.º 40-A/2026, que introduz um regime temporário de simplificação administrativa e financeira.

Este diploma é revolucionário na forma como aborda a contratação pública. Em situações de urgência inadiável, permite o recurso ao ajuste direto simplificado para empreitadas de obras públicas até 500.000 euros e para a aquisição de bens e serviços até 100.000 euros. Mais do que isso, para contratos destinados à reconstrução de infraestruturas afetadas, o ajuste direto pode ser adotado independentemente do valor, eliminando meses de espera em concursos públicos internacionais. O diploma agiliza também o licenciamento de operações urbanísticas e procedimentos ambientais, permitindo que a reabilitação de habitações e empresas avance com uma celeridade sem precedentes.



No plano financeiro, o Decreto-Lei n.º 31-B/2026 foca-se na mitigação da crise de liquidez. Este diploma estabelece moratórias obrigatórias para créditos contratados até 28 de janeiro de 2026, abrangendo tanto famílias (crédito habitação) como empresas. Na prática, permite o diferimento do pagamento de capital e juros, proibindo ainda a revogação de linhas de crédito existentes. Esta medida é vital para evitar uma vaga de insolvências em setores que viram a sua faturação interrompida pelo mau tempo.

Um dos pontos mais sensíveis da resposta governamental em março de 2026 é a extensão territorial dos apoios. Inicialmente limitados a 90 municípios declarados em situação de calamidade, o Governo decidiu alargar o regime de apoios a todo o território nacional. O Ministro da Presidência, António Leitão Amaro, foi claro: "se têm o mesmo tipo de danos ligados ao mesmo tipo de eventos, merecem o mesmo tipo de apoios". A validação destes danos passa a ser descentralizada: intervenções de particulares e empresas ficam sujeitas a parecer dos municípios ou das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Esta descentralização coloca as CCDR no centro da estratégia de recuperação, funcionando como os auditores técnicos que garantem que ninguém fica para trás, independentemente da sua localização geográfica.





IMOBILIÁRIO E CONSTRUÇÃO: NOVOS RECORDES E A SEGURANÇA DO SIMPLEX



O mercado imobiliário português entra em março de 2026 com indicadores de pressão extrema e uma mudança de paradigma regulatório. O preço mediano de venda atingiu um novo máximo histórico de 3.076 €/m² em fevereiro, uma subida homóloga de 12,2%. Este crescimento, o quarto recorde mensal consecutivo, é alimentado por um desequilíbrio estrutural entre uma oferta escassa e uma procura que, embora moderada em alguns segmentos, continua a superar a capacidade de resposta da construção tradicional.

Dinâmicas Regionais e Segmentação

A valorização deixou de ser exclusiva dos grandes centros. Santarém lidera as subidas anuais com um crescimento de 25,3%, seguida por Beja e Guarda, ambas com 22,8%. Lisboa mantém-se como a cidade mais cara (6.059 €/m²), mas cidades médias como Setúbal e Viseu afirmam-se como novas centralidades. No segmento de luxo, Porto Santo registou uma valorização expressiva de 32%, consolidando Portugal como um destino "premium" resiliente à incerteza global.



A Segurança Jurídica da "Regra de 1 Ano"

O grande destaque de março é a aplicação plena do novo Simplex Urbanístico. A medida mais transformadora para os investidores é a introdução da "Regra de 1 Ano": a administração pública passa a ter um prazo preclusivo de apenas 12 meses para contestar a validade de uma licença. Findo este período, a obra ou o imóvel ganham imunidade jurídica, eliminando o risco de anulações tardias que historicamente paralisavam o mercado secundário e o financiamento bancário.

Esta reforma altera o papel do técnico. A Câmara Municipal deixa de exercer um controlo estético ou discricionário ("se gosta do projeto") para confiar nos termos de responsabilidade assinados pelos arquitetos. A transição para o "Balcão Único Digital" uniformiza processos em todo o país, aumentando a transparência e reduzindo os custos de contexto que, segundo promotores, podem representar até 500 euros por metro quadrado em atrasos de licenciamento.

Industrialização e Construção Modular

Perante um défice habitacional acumulado de 300.000 casas, a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários (APPII) alerta que é necessário triplicar a produção anual para 70.000 fogos. A solução reside na industrialização do setor, com o foco em métodos "off-site manufacturing" e construção modular.

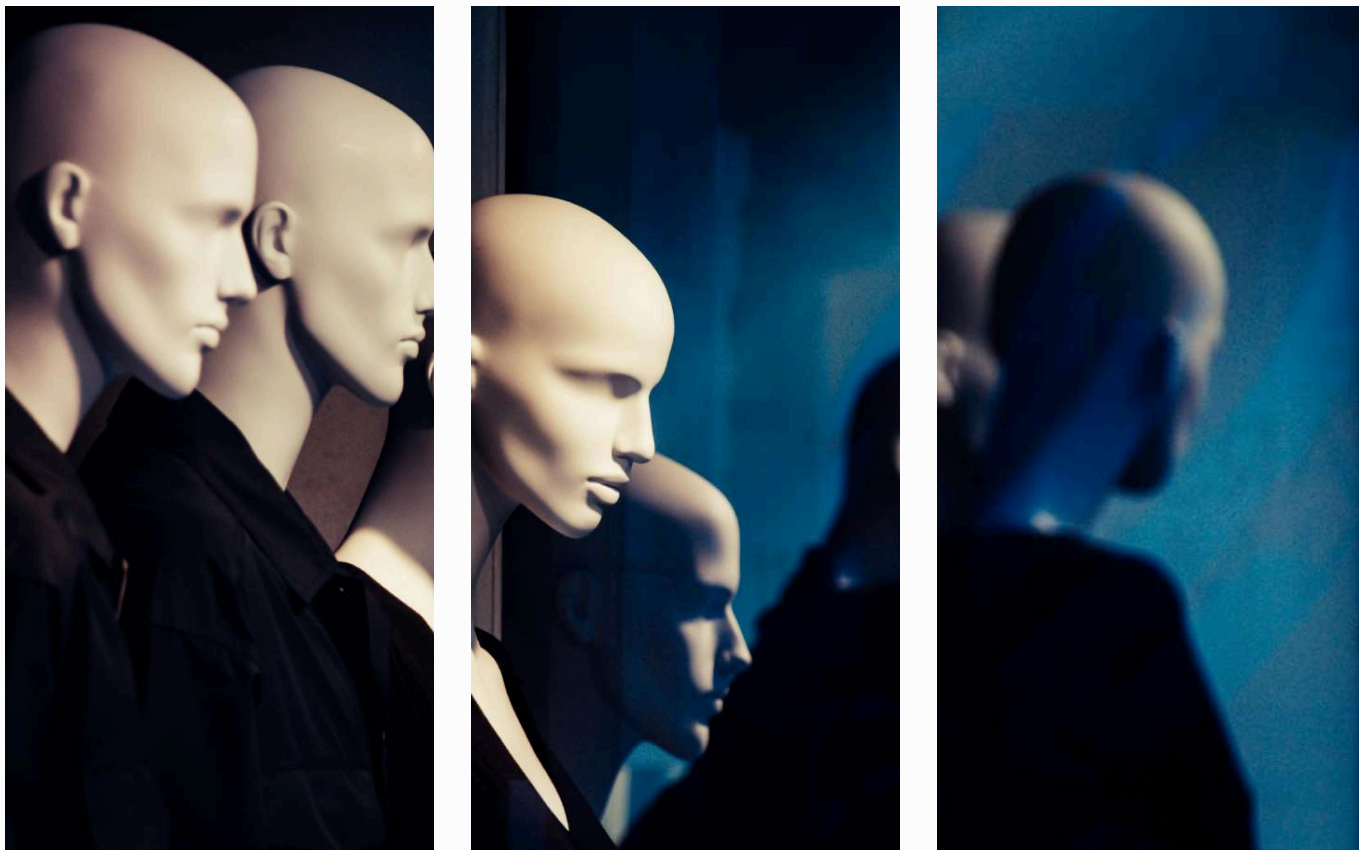
Embora o licenciamento destas estruturas (como "mobile homes") continue a ser obrigatório sempre que haja ligação permanente ao solo ou infraestruturas, a agilidade do novo Simplex e a taxa reduzida de IVA de 6% para construção destinada a rendas moderadas tornam estes projetos economicamente viáveis. O mercado de 2026 exige agora ativos que privilegiem a eficiência energética e a sustentabilidade, e a construção modular emerge como a ferramenta mais rápida para atingir estas metas.



A IA NÃO QUER DOMINAR O MUNDO. O HOMEM SEMPRE QUIS.



Thomas Berger Constantino | Professor Universitário e Consultor



O motor dos grandes desenvolvimentos tecnológicos americanos tem sido, quase sempre, o medo. Não o medo poético, nem o medo filosófico. O medo prático. O medo que abre carteiras, envia debates e justifica quase tudo.

Nos Estados Unidos, a nação não se move por altruísmo nem por impulsos ocasionais. Move-se sempre que identifica uma oportunidade de reforçar a sua posição dominante no mundo - ou, pior ainda, sempre que pressente uma ameaça à sua hegemonia. Nesses momentos, toma a iniciativa e fá-lo de forma metódica: define a direção estratégica, injeta recursos públicos e transforma a impaciência dos privados em política industrial. A ânsia por monopolizar quotas de mercado, longe de ser um efeito colateral, é o mecanismo escolhido. As universidades alinham com a elasticidade de princípios do costume e, mais uma vez, “descobre-se” a pólvora. Uma tecnologia exemplar: mata à distância, poupa soldados, reduz custos políticos e aumenta a produtividade nacional. Um instrumento de alto valor acrescentado - devidamente apresentado em PowerPoint, como não poderia deixar de ser.



A receita é simples e já foi testada com sucesso, escolhe-se um inimigo difuso, aponta-se um horizonte tecnológico e diz-se à nação que, se não correr, será ultrapassada. Resultou com o nuclear. Resultou com a corrida ao espaço. Está a resultar com a inteligência artificial. Nada une melhor um país do que a ideia de que alguém, algures, está prestes a chegar primeiro.

É neste contexto que surge o discurso apocalíptico sobre a IA: máquinas com vontade própria, ambição desmedida e planos obscuros para eliminar os seus criadores. Um discurso que me provoca não medo, mas frustração. Uma frustração quase estética, por se tratar tão-só de um argumento preguiçoso, cinematográfico e intelectualmente barato. Mas dá audiências. E isso, hoje, conta como verdade.

A maioria das pessoas imagina a IA como um cérebro humano enlatado. Um humano sem coração, sem empatia, sem aquela parte que o faz chorar a ver anúncios de Natal ou filmes da Disney. Naturalmente, quando se imagina um ser ultra-racional sem humanidade, o pânico é imediato. Já vimos este filme. Várias vezes. Normalmente acaba mal e com explosões violentas e com uma morte trágica – e melodramática já agora.

Projetamos nas máquinas aquilo que conhecemos melhor: o pior de nós. O humano frio, maquiavélico, convencido de que os fins justificam sempre os meios. Ditadores, tecnocratas, génios sem alma. A diferença é que, desta vez, não usam farda nem estão em quartéis-generais — usam servidores e estão em Data Centers.

Esta projeção não é absurda. É apenas desinformada e preguiçosa. Mas compreensível. Não porque descreva o que a IA é, mas porque revela como o tema tem sido comunicado: mal, de forma sensacionalista e com banda sonora de suspense de Bernard Herrmann ou de Howard Shore. A ideia de que uma máquina desenvolverá vontade própria é fascinante. Profundamente errada, mas fascinante. E dá bons filmes ficção científica. O problema é que não dá boa política pública nem tão pouco análise técnica.

A IA não pensa: descobre funções. Olha para milhares de exemplos, vê como A costuma acabar em B, e constrói uma aproximação suficientemente boa para enganar quase toda a gente.

Começamos sempre com resultados certos. Temos os pares “entrada-saída”. O que não temos são os “passinhos” intermédios - as micro-decisões. Os gestos invisíveis. O que acontece exatamente entre o prato sujo e o prato limpo. Entre as palavras do dicionário e um tweet mal-amanhado e cheio de certezas morais. Entre um aglomerado de caracteres e um artigo de opinião. Entre algumas notas musicais e a Nona Sinfonia de Beethoven.

É nesse espaço em branco, nessa lacuna, onde projectamos o que não sabemos explicar, que nasce a tentação do mistério - e não admira, portanto, que tantos confundam funções com consciência: quem nunca percebeu o que é uma reta dificilmente perceberá como uma máquina faz o que faz.

Durante o treino, a IA aprende a função sem perceber o seu sentido; limita-se a estimar cada vez melhor os pares, aquilo que transforma a entrada na saída. Quando termina o treino, entra na fase mais modesta e mais útil: a inferência. Aí, sim, comporta-se como uma calculadora. Damos-lhe uma entrada, ela aplica a função que decorou e devolve qualquer coisa plausível. Não pensa, não hesita e não duvida: produz.

E não, modelos maiores não são “mais conscientes”. São apenas mais caros e mais engenhosos.



O pânico coletivo não nasce de um salto ontológico, mas de uma velha confusão. Sempre que uma máquina faz algo que associávamos a uma ação humana, assumimos que ganhou alma. É clássico conceito teológico do Deus dos buracos: onde falta a compreensão, assume-se transcendência.

Escrever bem, conduzir, reconhecer imagens, traduzir línguas - tudo isto parece magia porque nunca percebemos bem como nós próprios o fazemos. Quando a máquina parece fazer o mesmo, concluímos que está viva. O departamento de marketing agradece.

A IA não quer nada. Não deseja nada. Não ambiciona nada. Optimiza o que lhe mandam otimizar. É um estagiário perfeito: trabalha sem parar, não faz perguntas, nunca se revolta e raramente pede um aumento. Não tem instinto de sobrevivência.

Não tem medo da morte. Não tem tédio existencial. Não tem nada disso porque não tem sequer o azar de existir. É uma ferramenta. Uma ferramenta poderosa, sem dúvida. Mas ainda assim uma ferramenta.

Tudo o resto: a consciência num servidor, o apocalipse iminente, a rebelião das máquinas - diz muito menos sobre a IA e muito mais sobre a nossa irresistível necessidade de dramatizar aquilo que não compreendemos. E quando a ignorância se organiza sob a forma de medo, deixa de ser apenas um problema intelectual e passa a ser um recurso político.

Entretanto, os Estados Unidos continuam a fazer o que sempre fizeram melhor: alinhar tecnologia com hegemonia militar e comercial, e chamar-lhe progresso inevitável. Não porque o desenvolvimento tecnológico desta natureza necessite de uma retórica alinhada para se tornar inevitável, mas porque corremos mais rápido e somos mais organizados no medo. Não é um reflexo nem um exagero, é um método experimentado. O medo serve para alinhar vontades, acelerar decisões e garantir, com eficácia notável, que os Estados Unidos ganham sempre as corridas que decidem a hierarquia do mundo.

Todos os grandes saltos tecnológicos americanos começam com um sobressalto. Um “e se eles chegam primeiro?”. No nuclear foram os alemães. No espaço, os russos. Na IA, são “os outros” - talvez a China. Nunca se sabe bem quem, nem como, ou talvez até se saiba - mas isso também não interessa.

O medo não é um efeito colateral dos grandes saltos tecnológicos. É o produto principal para garantir uma hegemonia eterna.

A energia nuclear, a corrida ao espaço e a inteligência artificial têm muito em comum: não ameaçam apenas o mundo - ameaçam sobretudo a hierarquia do mundo. E isso, convenhamos, é intolerável.

Portanto, sim: a IA é perigosa. Mas não da forma como nos dizem.

**O verdadeiro risco não é a máquina ganhar consciência.
É continuarmos a abdicar da nossa.**



Thomas Berger Constantino
Professor Universitário e Consultor



PORTUGAL: E SE CORRE BEM?



Jorge Costa Rosa | RCCR Consultores

Em Portugal, a palavra insolvência soa frequentemente a uma sentença moral sem direito a recurso. Habitualmente passa, muito rapidamente, de um mero regime jurídico a um rótulo social humilhante e vexatório: um embaraço materializado num carimbo na testa e transitado em julgado. Um “*ele falhou*” dito com aquele prazer discreto e mesquinho que as pessoas, por vezes, reservam para quem ousa sair do caminho sobre o qual elas nunca se atreveram a questionar.

A insolvência, entre nós, não é apenas o reconhecimento de um desequilíbrio patrimonial normal, decorrente da atividade económica de quem arriscou: é derrota, vergonha e humilhação. É a ideia de fim — e, pior do que isso, de fim sem retorno. Como se o insolvente tivesse cometido um crime, um pecado, e não tivesse apenas tentado fazer diferente, e enfrentado um risco, ao invés de se contentar a usufruir e beneficiar do risco assumido por outros.

Com efeito, apesar do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE) ter introduzido um regime de “*fresh start*” para pessoas singulares — isto é, a possibilidade de exoneração do passivo restante e uma verdadeira segunda oportunidade de recomeço — a mentalidade comum trata o insolvente como se de um marginal irremediável se tratasse.

A ironia é que o nosso ordenamento jurídico — com a sofisticação que o caracteriza, com os seus mecanismos próprios, com a sua lógica de recomposição, com os instrumentos de revitalização e recuperação de empresas, e com as tentativas (mais ou menos felizes) de dar uma segunda oportunidade a quem tentou — é, na prática, muito mais vanguardista, do que a nossa cultura o poderia fazer prever.



De facto, a lei foi evoluindo, pese embora a mentalidade tenha ficado (infelizmente) lá para trás. E ficou para trás, com um gosto especial por transformar o insucesso económico numa espécie de crime social, punível com a pena acessória de vexame em praça pública.

Noutros contextos, a insolvência é outra coisa: aquilo que verdadeiramente é. Olhemos, por exemplo, para os Estados Unidos da América, onde o fracasso empresarial é, com grande naturalidade, encarado como uma parte normal do jogo, e do risco que lhe é inerente. Falir é parte integrante da aventura de empreender.

O empresário que cai não é, automaticamente, considerado um pária — é visto, tão-só, como alguém que tentou. E que, tendo tentado, aprendeu. E, tendo aprendido, pode (e deve) tentar de novo. Mas muito mais do que isso: é um empreendedor que arriscou e que fez por criar riqueza por si só: o *self-made man*. O risco é visto como um ingrediente essencial do empreendedorismo, não como prova de irresponsabilidade ou imprudência.

A insolvência, em muitos casos, é entendida como consequência do esforço de perseguir o *american dream*: quem arrisca pode cair; quem nunca arriscou, nunca sequer ousou sair do chão — a mediania confortável de quem nunca teve a audácia de sair da sua zona de conforto. A cultura americana valoriza quem arrisca e não pune quem fracassa. Há, no fundo, uma cultura de tolerância legal ao insucesso empresarial, que encoraja as pessoas a continuar a tentar, mesmo depois de um primeiro projeto fracassado. Não é por acaso que muitos dos maiores magnatas americanos — como Henry Ford e Henry Heinz — falharam antes de vencer: porque tiveram *permission* para gorar e recomeçar.

Na cultura portuguesa, pelo contrário, o fracasso é tratado como evidência de carácter. Falhou? Então é porque “*não prestava*”, “*não sabia*”, “*deu um passo maior que a perna*”, ou “*atirou-se para fora de pé*”. Não fossemos nós o país em que o adágio popular “*quem não arrisca não petisca*”, é automaticamente contraposto com um “*quem tudo quer, tudo perde*” – logo para “*cortar as pernas*” ao sonhador com a mania de que pode fazer diferente. São, muito provavelmente, resquícios de quatro décadas de uma narrativa pequenina, provinciana e tacanha que o modesto e frugal Dr. Salazar por cá deixou.



Ora, esta diferença cultural tem consequências, que se materializam em custos reais para o país. De facto, quando a insolvência é percebida como uma marca infamante, as pessoas ajustam o comportamento: evitam o risco, fogem do desconhecido, e preferem a estabilidade, o certo, e o garantido – mesmo que seja medíocre.

Criamos, assim, uma sociedade que não falha porque nunca tenta. Que não cai porque nunca chega sequer a levantar-se ou a ter coragem de andar para a frente. E depois, em tom crítico e hipócrita, admiramo-nos com a falta de empreendedorismo em Portugal, com a baixa produtividade do nosso país e com a dificuldade crónica em criar riqueza.

Efetivamente, são vários os estudos nacionais que revelam que o medo de fracassar é mesmo o principal obstáculo ao empreendedorismo no nosso país – mais concretamente para cerca de 70% dos inquiridos (de acordo com o estudo levado a cabo pela Sociedade Portuguesa de Inovação e pelo ISCTE). Em consonância, o *Global Entrepreneurship Monitor* salienta que “*o medo de falhar é um fator que frequentemente inibe a atividade empreendedora*” em Portugal. Ou seja, boa parte da população portuguesa prefere nunca tentar um projeto próprio, do que arriscar uma eventual e assustadora queda.

Como notaram responsáveis da COTEC Portugal, “*o atraso da economia nacional em relação à Europa vai continuar se Portugal mantiver a atual ‘aversão’ ao risco*”. Somos, assim, um país de rendimento mediano, com perspectivas de crescimento medíocres, onde a inquietação em evitar perdas acaba por tolher potenciais ganhos. Em vez de se perseguir o “*e se correr bem?*”, a maioria limita-se ao confortável e covarde “*e se correr mal?*”. O resultado é claro e invariavelmente o mesmo: falta-nos dinamismo, falta-nos criadores de riqueza, e faltam-nos *startups* que cresçam de forma sustentável.

É uma lógica simples mas devastadora: se a falha é socialmente inaceitável, o risco torna-se irracional e insuportável. E se o risco se torna insuportável, o ato de empreender passa a ser um luxo reservado apenas e só a quem tem capital, rede familiar, almofada financeira e/ou uma tolerância para a crítica muito acima da média – ou seja, para quem não tem muito a perder. Para quem não assume um risco real. Os restantes, fazem contas à vida com a calculadora que o medo lhes emprestou.

O discurso habitual é, pois, o da catástrofe antecipada: “*E se falhar?*”, “*E se for um erro?*”, “*E se correr mal?*”. A pergunta que raramente se ouve – e que devia orientar uma sociedade que quer (e que precisa urgentemente de) crescer, empreender e criar riqueza – é a mais simples e, por isso mesmo, a mais subversiva: “*E se correr bem?*”.

O nosso problema não é falta de talento, nem falta de inteligência ou de capital humano qualificado. É, outrossim, uma cultura que valoriza excessivamente a segurança e a estabilidade, e que, pelo contrário, penaliza, com zelo moralista e austero, a tentativa. Uma cultura que desconfia do sucesso e castiga o fracasso. Uma cultura onde a prudência se confunde com resignação modesta e onde a estabilidade, tantas vezes, serve de álibi para a estagnação.

O resultado dessa cultura está à vista: um país que, em vez de estimular quem cria, prefere regular quem tenta; em vez de celebrar quem arrisca, suspeita de quem se destaca; em vez de construir ecossistemas de inovação, contenta-se com o conforto burocrático do “*emprego seguro*”. Um país que passa a vida a exigir mais do Estado, como se o Estado fosse uma espécie de pai providente – e não um intermediário que vive da riqueza que alguém, algures, teve primeiramente de gerar.



E aqui entra a parte desconfortável, mas necessária e pedagógica: enquanto continuarmos a “*queimar em praça pública*” os insolventes e, conseqüentemente, os que arriscam – como se a insolvência fosse um desvio moral e não um fenómeno económico-jurídico – continuaremos a produzir medo. E o medo, em economia, é um imposto invisível sobre a iniciativa. Um imposto sobre a liberdade. Um imposto sobre o futuro.

Devemos, portanto, perder estes medos. E não, não se trata de um apelo ingénuo à imprudência. É, outrossim, um apelo à maturidade. Empreender não é sinónimo de irresponsabilidade, é sinónimo da assunção madura de risco planeado e com método. Falhar não é, nunca, um objetivo. Mas é, inevitavelmente, uma possibilidade. Contudo, uma possibilidade que deve ser assumida e gerida – não demonizada. Um país que quer crescer não pode tratar a insolvência num pelourinho, tem de a encarar como um mecanismo de reorganização e recuperação e, quando necessário, de encerramento digno e racional de ciclos económicos.

Para além disso, cabe ao Estado incentivar o empreendedorismo, através, nomeadamente do apoio a startups e projetos empresariais inovadores, mas mais do que isso: deve promover narrativas que celebrem o mérito de tentar, e não o comodismo inerte de “*um salário garantido*”; e valorizar empresários (mesmo os que falharam) ao invés de os hostilizar. E, como não poderia deixar de ser, através da simplificação burocrática: reduzir entraves legais e fiscais para abrir e fechar empresas.

Esta cultura de aversão ao risco manifesta-se até na estagnação das pessoas em ficar no mesmo emprego. Parece que porque se estudou arquitetura tem-se forçosamente de ser arquiteto. Ou porque se trabalhou dez anos em programação, tem de se ser programador para o resto da vida. Existe um pavor ao ato de nos reinventarmos e uma repulsa à possibilidade de podermos, a qualquer altura, fazer profissionalmente outra coisa qualquer. Existe um bloqueio mental à possibilidade de criar, empreender e mudar de vida.

Ademais, há mesmo uma consequência política inevitável desta cultura de aversão ao risco: num país maioritariamente de funcionários públicos e de trabalhadores por conta de outrem, o debate público sobre economia tende a reduzir-se a duas obsessões permanentes – aumento de salários e baixa de impostos sobre o rendimento das pessoas singulares. É compreensível, naturalmente. Mas é curto, e sobretudo, insuficiente. No fim das contas, o que Portugal precisa não é apenas, tão-só, de ajustes salariais ou de cortes de impostos, mas de um choque de cultura: que empreender deixe de ser tabu, e falhar deixe de ser delito.

Porque a verdadeira questão estratégica, aos dias de hoje, não se consubstancia em redistribuir melhor – mas sim em criar mais. Criar mais empresas, mais riqueza, mais investimento, mais inovação, e mais valor acrescentado. E isso não acontece com receios, nem com vergonha, nem com humilhação social. Acontece com incentivos ao empreendedorismo, com condições reais de motivação da tentativa e, sobretudo, com um ambiente e um ecossistema culturais que não tratem o fracasso como uma condenação perpétua.

Precisamos de simplificar, sim – também na insolvência. Precisamos de procedimentos mais céleres, mais previsíveis, menos *kafkianos*, e menos punitivos na prática, e mais orientados para a recuperação quando ela é viável. Precisamos de mecanismos que permitam recomeçar sem uma década de estigma e de asfixia. Precisamos, sobretudo, de uma mensagem coletiva diferente: que tentar é digno. Que falhar não é crime. E que o insolvente não é um herege económico – é, muitas vezes, apenas alguém que teve a ousadia de dar o salto e de fazer melhor.

No fim do dia, o país que queremos não se constrói com a psicologia do “*mais vale estar quieto*”. Constrói-se com a coragem do “*não custa tentar*”, e do “*mandar o barro à parede*”. E talvez seja tempo de trocarmos o nosso mantra nacional – o fatalista “*e se correr mal?*” – por uma pergunta mais perigosa, mais corajosa, mais audaz, e infinitamente mais produtiva e benéfica:

E se corre bem?



Jorge Costa Rosa
RCCR Consultores





DESTAQUE CULTURAL DE MARÇO DE 2026

- **Festival MONSTRA:** A 25.^a edição do Festival de Animação de Lisboa decorre de 12 a 22 de março, com o tema "Natureza e Sustentabilidade". O programa exhibe 490 filmes e dedica uma exposição ao espólio de Vasco Granja e aos 50 anos da Aardman.
- **Guimarães Capital Verde:** No âmbito da Capital Verde Europeia, a cidade acolhe o Festival Literário HÚMUS (7 a 12 de março) e conferências dedicadas ao impacto dos espaços verdes na saúde pública.
- **A "Manga" de Março:** Para os entusiastas da cultura visual, o dia 3 de março marca o lançamento oficial do Volume 24 de Dragon Ball Super. Este volume, que reúne os capítulos 101 a 104, reveste-se de um simbolismo especial por consolidar a fase em que Toyotaro assume as rédeas da narrativa com um traço mais denso e sombrio, alinhado com as celebrações de 40 anos da franquia.
- **Serralves e a Sétima Arte:** No Porto, Serralves assinala o centenário de Morton Feldman (15 de março) e inaugura a exposição "Isto não são livros". Globalmente, o mundo volta-se para Los Angeles no dia 15 para a 98.^a cerimónia dos Oscars.
- **Tecnologia e Futuro:** Tiago Rodrigues, o founder da Developh, vai estar no dia 5 de março, no palco principal do FISTA 26 (ISCTE)



RECOMENDAÇÕES DE LEITURA DO MÊS

Se a Rússia Vencer, de **Carlo Masala**, a obra onde o autor discute as consequências de uma vitória russa na Ucrânia, realçando a fragilidade da defesa europeia e os riscos atuais de uma guerra nuclear. A obra é concisa e de leitura rápida, aclamada internacionalmente (o *Financial Times* apelidou a obra de “arrepicante”).



SE A RÚSSIA VENCER

«Arrepicante.»
FINANCIAL TIMES



Um cenário
CARLO MASALA



Leitura essencial para analistas políticos e decisions makers. *Se a Rússia Vencer* oferece um aviso concreto sobre a necessidade de reforçar a dissuasão da NATO, uma mensagem clara para quem acompanha os fenômenos geopolíticos da política e defesa internacionais.



FECHO

A RCCR Consultores acompanha de forma contínua a evolução do enquadramento político, jurídico, fiscal e regulatório, apoiando e prestando assessoria a políticos (individuais ou partidos), empresas, investidores e entidades públicas e privadas na avaliação de risco, na tomada de decisão estratégica e na implementação de projetos, tanto a nível nacional como europeu.

Para esclarecimentos adicionais sobre os temas abordados nesta edição, a nossa equipa está sempre disponível:

✉ geral@rccr-consultores.com

🌐 www.rccr-consultores.com

📍 Avenida 5 de Outubro, 52, 1.º Esq, 1050-058 Lisboa



RCCR-CONSULTORES.COM

Subscreva o nosso briefing mensal no site e receba as próximos números diretamente na sua caixa de entrada.



**R&C
R**

CONSULTORES